



**esposende 2000**



Actividades Desportivas e Recreativas, E.M.

---

**AJUSTE DIRETO GERAL N.º 3/2025**

**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO AOS  
SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS.**

**CPV 50413200-5**

**(Serviços de reparação e manutenção de  
equipamento de combate a incêndios)**

## ÍNDICE

Artigo 1º .....	3
Identificação do Procedimento .....	3
Artigo 2º .....	3
Entidade Adjudicante .....	3
Artigo 3º .....	3
Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
Artigo 4º .....	3
Fundamentação da escolha da Consulta Prévia .....	3
Artigo 5º .....	3
Órgão competente para prestar os esclarecimentos .....	3
Artigo 6º .....	4
Preço base .....	4
Artigo 7º .....	4
Documentos que constituem a proposta: .....	4
Artigo 8º .....	4
Propostas variantes .....	4
Artigo 9º .....	4
Prazo e local para apresentação das propostas .....	4
Artigo 10º .....	5
Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta .....	5
Artigo 11º .....	5
Prazo de validade das propostas .....	5
Artigo 12º .....	5
Critério de adjudicação .....	5
Artigo 13º .....	5
Negociações .....	5
Artigo 14º .....	5
Caução .....	5
Artigo 15º .....	5
Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário .....	5
Artigo 16º .....	6
Prazo para apresentação dos documentos de habilitação .....	6
Artigo 17º .....	6
Despesas e encargos para celebração do contrato .....	6
Artigo 18º .....	6
Legislação aplicável .....	6
ANEXO I .....	7
Modelo de declaração .....	7
ANEXO II .....	9
Modelo de declaração .....	9



## **Artigo 1º**

### **Identificação do Procedimento**

1. O procedimento por ajuste direto n.º 3/2025 tem por objeto principal a “Aquisição de sistemas de deteção de incêndio, a aquisição de serviços de manutenção aos sistemas e equipamentos de proteção contra incêndios”.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotada pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 de 28 de novembro de 2007, o presente procedimento de aquisição de serviços tem a seguinte classificação: CPV 50413200-5 - Serviços de reparação e manutenção de equipamento de combate a incêndios.

## **Artigo 2º**

### **Entidade Adjudicante**

Esposende 2000 – Actividades Desportivas e Recreativas, EM, Sociedade Unipessoal, Lda, Pessoa Coletiva n.º 503879614, com sede na Avenida Eng.º de Arantes e Oliveira, n.º 851, 4740-204 Esposende, Telefone: 253964182, E-mail: gomes@esposende2000.pt, Sítio Web: www.esposende2000.pt

## **Artigo 3º**

### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

O Conselho de Administração, por deliberação de 9 de janeiro de 2025.

## **Artigo 4º**

### **Fundamentação da escolha da Consulta Prévia**

1. A contratação é precedida pelo presente procedimento por Ajuste Direto, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, alínea a) e 112º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
2. O procedimento de Ajuste Direto foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto na alínea d), n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

## **Artigo 5º**

### **Órgão competente para prestar os esclarecimentos**

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Conselho de Administração da Esposende 2000, EM.

## Artigo 6º

### Preço base

O valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar é € 2.500 (dois mil e quinhentos euros) por ano, o que perfaz € 5.000 (cinco mil euros) para o prazo máximo de validade do contrato (730 dias), que limita o preço contratual, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.

## Artigo 7º

### Documentos que constituem a proposta:

1. A proposta será instruída com os seguintes documentos:
  - a. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade modelo constante no **anexo I** do CCP;
  - b. Preço total e preços unitários, que não devem incluir o IVA;
  - c. Cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à certidão permanente, no caso de o concorrente ser pessoa coletiva, ainda que integrada em agrupamento de concorrentes;
  - d. Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (aplicável apenas nos casos em que o certificado digital não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura), para os efeitos do disposto no n.º 7 do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto
2. Todos os documentos que compõem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou por representantes legais com poderes para obrigar a entidade

## Artigo 8º

### Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

## Artigo 9º

### Prazo e local para apresentação das propostas

A proposta e os documentos que instruem a proposta deverão ser entregues, pela concorrente ou seus representantes, até às 23h00 do 5º dia posterior ao lançamento do procedimento na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante – Plataforma de compras públicas – [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)



## **Artigo 10º**

### **Modo de apresentação dos documentos que instruem a proposta**

1. A proposta e os documentos que instruem a proposta serão entregues através de transmissão escrita e eletrónica de dados, diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante - [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)
2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
3. Os documentos enviados devem encontrar-se assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.

## **Artigo 11º**

### **Prazo de validade das propostas**

O concorrente é obrigado a manter as respetivas propostas pelo prazo de sessenta e seis (66) dias, contados da data do termo fixado para apresentação das propostas.

## **Artigo 12º**

### **Critério de adjudicação**

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade de avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

## **Artigo 13º**

### **Negociações**

As propostas apresentadas não serão objecto de negociação.

## **Artigo 14º**

### **Caução**

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

## **Artigo 15º**

### **Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário**

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do Anexo II do CCP.
2. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;

3. Documentos comprovativos da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e impostos, conforme previsto respetivamente na alínea d) e e) do art.º 55º do CCP;
4. Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e na Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto.

### **Artigo 16º**

#### **Prazo para apresentação dos documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos no prazo máximo de três (3) dias após a notificação da adjudicação.
2. O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º, é de dois (2) dias úteis.

### **Artigo 17º**

#### **Despesas e encargos para celebração do contrato**

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

### **Artigo 18º**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

Esposende, 9 de janeiro de 2025.

## ANEXO I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento

adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º





**ANEXO II**  
**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º